



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XXXII — 074

QUINTA-FEIRA, 4 DE AGOSTO DE 1977

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

PARECER Nº 75, DE 1977-CN

Da Comissão Mista do Congresso Nacional, incumbida de estudo e parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição n.º 2, de 1977, que dá nova redação à alínea f, do § 3.º do art. 15, da Constituição Federal.

Relator: Deputado Francisco Rollemberg

Com número regimental de assinatura foi encaminhada à consideração do Congresso Nacional, Proposta de Emenda à Constituição n.º 2, de 1977, que dá nova redação à alínea f, do § 3.º do art. 15, da Constituição Federal”.

O dispositivo constitucional vigente, que se propõe emendar, determina:

“Art. 15, § 3.º — A intervenção nos municípios será regulada na Constituição do Estado, somente podendo ocorrer quando:

f) não tiver havido aplicação, no ensino primário, em cada ano, de vinte por cento, pelo menos, da receita tributária municipal.”

A redação sugerida na Emenda Constitucional em exame é a seguinte:

“Art. 15, § 3.º, alínea f — não tiver havido aplicação prioritária no ensino de 1.º Grau, em cada ano, de vinte por cento, pelo menos, da receita tributária municipal, consoante se dispuser em lei complementar.”

Na justificação, entende o autor que o art. 15, § 3.º f, da Constituição, ao dar ênfase ao ensino primário, dificulta a atenção que alguns municípios possam dar a outros níveis de escolaridade: pré-primário, 2.º Grau e técnico. Cita o caso de São Paulo, onde “a administração estadual proporciona integral assistência de 1.º Grau, com fornecimento de salas de aulas e professores”. Em face disso, apesar das disponibilidades de recursos, têm de aplicá-los (os municípios paulistas) no ensino de 1.º Grau”.

Decorridos os prazos regimentais, a proposição em exame não recebeu nenhuma emenda.

II — Voto do Relator

A Proposta de Emenda à Constituição n.º 2, de 1977, não obstante a coerência do raciocínio, carece de maior exame. Necessário se torna um conhecimento mais amplo do que, na realidade, ocorre nos municípios, tendo em vista o art. 58 da Lei n.º 5.692/71

(Lei de Diretrizes e Bases para o Ensino de 1.º e 2.º Graus):

“Art. 58 A legislação estadual supletiva, observado o disposto no artigo 15 da Constituição Federal, estabelecerá as responsabilidades do próprio Estado e dos seus Municípios no desenvolvimento dos diferentes graus de ensino e disporá sobre medidas que visem a tornar mais eficiente a aplicação dos recursos públicos destinados à educação.

Parágrafo único — As providências de que trata este artigo visarão à progressiva passagem para a responsabilidade municipal de encargos e serviços de educação, especialmente de 1.º Grau, que pela sua natureza possam ser realizados mais satisfatoriamente pelas administrações públicas.”

Vale ainda lembrar, na oportunidade, que, por ocasião da tramitação do Projeto de Lei n.º 218/76, de autoria do Senador Franco Montoro, “que determina a aplicação de 20% do Fundo de Participação dos Municípios em programas de educação pré-escolar e de 1.º Grau”, o próprio Ministério da Educação, como subsídio à proposição, informou: “Não há município que tenha absorvido integralmente a responsabilidade do ensino de 1.º Grau de oito anos, como determinam os preceitos legais vigentes”.

Partindo-se da veracidade dessa informação oficial, teríamos, pois, de examinar, detidamente, a situação de cada município, de per si, à luz da legislação estadual, no que diz respeito à aplicação do art. 15, § 3.º, f.

Se exceções há, como é o caso do Estado de São Paulo, nada impede que, em vez de se reformular a norma constitucional, o próprio Estado reexamine seus programas de assistência educacional, permitindo ao Município, através de convênios, o cumprimento do texto da Constituição, e suprimindo, no que for necessário, os setores deficitários do ensino público.

Em face do exposto, opinamos pela rejeição da Emenda Constitucional n.º 2/77.

Este o parecer.

Sala das Comissões, 29 de junho de 1977. — Senador Danton Jobim, Presidente — Deputado Francisco Rollemberg, Relator — Senador Gilvan Rocha — Senador Cattete Pinheiro — Senador Ruy Santos — Senador Evelásio Vieira — Deputado Moacyr Dalla — Deputado Teotônio Neto — Senador Otto Lehmann — Senador Heitor Dias — Senador Helvidio Nunes — Senador Jarbas Passarinho.

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

EVANDRO MENDES VIANNA
Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES
Diretor Executivo

HELVECIO DE LIMA CAMARGO
Diretor Industrial

PAULO AURÉLIO QUINTELLA
Diretor Administrativo

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Via Superfície:

Semestre Cr\$ 200,00
Ano Cr\$ 400,00

Via Aérea:

Semestre Cr\$ 400,00
Ano Cr\$ 800,00

(Exemplar Avulso: Cr\$ 1,00)

Tiragem: 3.500 exemplares

SUMÁRIO

1 — ATA DA 128ª SESSÃO CONJUNTA, EM 3 DE AGOSTO DE 1977

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Discursos do Expediente

DEPUTADO ANTÔNIO BRESOLIN — Correspondência recebida do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bento Gonçalves—RS, de reconhecimento pela atuação desenvolvida por S. Exª, em favor dos ruralistas do País.

DEPUTADO PEIXOTO FILHO — Alcance da pesquisa desenvolvida pelo IBGE, nos municípios de Duque de Caxias e São João de Meriti—RJ, referente à formação de cadastro básico de residências e seus ocupantes.

DEPUTADO DASO COIMBRA — Registro do 74º aniversário de instalação da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil.

DEPUTADO FLORIM COUTINHO — Necessidade da adoção de medidas que possibilitem a continuação e o desenvolvimento da Orquestra Sinfônica da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

1.2.2 — Comunicação da Presidência

Convocação de sessão conjunta a realizar-se amanhã, às 19 horas, com Ordem do Dia que designa.

1.3 — ORDEM DO DIA

Projeto de Decreto Legislativo nº 59/77-CN, que aprova o texto do Decreto-lei nº 1.554, de 24 de maio de 1977, que concede isenção de impostos aos objetos integrantes de uma coleção representativa de desenho industrial, importados pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. **Aprovado**, após usar da palavra no encaminhamento de sua votação o Sr. Lidovino Fanton. À promulgação.

1.4 — ENCERRAMENTO.

ATA DA 128ª SESSÃO CONJUNTA, EM 3 DE AGOSTO DE 1977

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 8ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. MAURO BENEVIDES

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

José Guimard — Braga Júnior — Evandro Carreira — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — Henrique de La Rocque — José Sarney — Helvídio Nunes — Petrônio Portella — Mauro Benevides — Virgílio Távora — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Domício Gondim — Milton Cabral — Marcos Freire — Murilo Paraíso — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Gilvan Rocha — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Eurico Rezende — João Calmon — Roberto Saturnino — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quêrcia

— Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Osires Teixeira — Itálvio Coelho — Saldanha Derzi — Accioly Filho — Evelásio Vieira — Lenoir Vargas — Otair Becker — Daniel Krieger — Tarso Dutra.

E OS SRS. DEPUTADOS:

Acre

Nabor Júnior — MDB; Nosser Almeida — ARENA; Ruy Lino — MDB.

Amazonas

Antunes de Oliveira — MDB; Joel Ferreira — MDB; Mário Frota — MDB; Rafael Faraco — ARENA; Raimundo Parente — ARENA.

Pará

Alacid Nunes — ARENA; Edison Bonna — ARENA; Gabriel Hermes — ARENA; Jader Barbalho — MDB; João Meneses — MDB; Jorge Arbage — ARENA; Júlio Viveiros — MDB; Juvêncio Dias — ARENA; Newton Barreira — ARENA; Ubaldo Corrêa — ARENA.

Maranhão

Epitácio Cafeteira — MDB; Eurico Ribeiro — ARENA; João Castelo — ARENA; José Ribamar Machado — ARENA; Luiz Rocha — ARENA; Magno Bacelar — ARENA; Marão Filho — ARENA; Temístocles Teixeira — ARENA; Vieira da Silva — ARENA.

Piauí

Celso Barros — MDB; Correia Lima — ARENA; Dyrno Pires — ARENA; Hugo Napoleão — ARENA; João Clímaco — ARENA; Murilo Rezende — ARENA; Paulo Ferraz — ARENA; Pinheiro Machado — ARENA.

Ceará

Antonio Morais — MDB; Claudino Sales — ARENA; Ernesto Valente — ARENA; Figueiredo Correia — MDB; Flávio Marcílio — ARENA; Furtado Leite — ARENA; Gomes da Silva — ARENA; Januário Feitosa — ARENA; Jonas Carlos — ARENA; Marcelo Linhares — ARENA; Ossian Araripe — ARENA; Paes de Andrade — MDB; Paulo Studart — ARENA; Vilmar Pontes — ARENA; Josias Gomes — ARENA.

Rio Grande do Norte

Antônio Florêncio — ARENA; Francisco Rocha — MDB; Henrique Eduardo Alves — MDB; Pedro Lucena — MDB; Ulisses Potiguar — ARENA; Vingt Rosado — ARENA; Wanderley Mariz — ARENA.

Paraíba

Ademar Pereira — ARENA; Álvaro Gaudêncio — ARENA; Antônio Gomes — ARENA; Arnaldo Lafayette — MDB; Humberto Lucena — MDB; Marcondes Gadelha — MDB; Maurício Leite — ARENA; Octacílio Queiroz — MDB; Teotônio Neto — ARENA; Wilson Braga — ARENA.

Pernambuco

Aderbal Jurema — ARENA; Airon Rios — ARENA; Carlos Alberto Oliveira — ARENA; Carlos Wilson — ARENA; Fernando Coelho — MDB; Fernando Lyra — MDB; Gonzaga Vasconcelos — ARENA; Inocêncio Oliveira — ARENA; Jarbas Vasconcelos — MDB; Joaquim Coutinho — ARENA; Joaquim Guerra — ARENA; Lins e Silva — ARENA; Marco Maciel — ARENA; Ricardo Fiuza — ARENA; Sérgio Murilo — MDB; Thales Ramalho — MDB.

Alagoas

Antônio Ferreira — ARENA; Geraldo Bulhões — ARENA; José Alves — ARENA; José Costa — MDB; Theobaldo Barbosa — ARENA; Vinicius Cansanção — MDB.

Sergipe

Celso Carvalho — ARENA; Francisco Rollemberg — ARENA; José Carlos Teixeira — MDB; Passos Pôrto — ARENA; Raimundo Diniz — ARENA.

Bahia

Afrisio Vieira Lima — ARENA; Antonio José — MDB; Djalma Bessa — ARENA; Henrique Brito — ARENA; Henrique Cardoso — MDB; Hildérico Oliveira — MDB; Horácio Matos —

ARENA; João Alves — ARENA; João Durval — ARENA; Joir Brasileiro — ARENA; Jutahy Magalhães — ARENA; Leur Lomato — ARENA; Lomato Júnior — ARENA; Manoel Novaes — ARENA; Menandro Minahim — ARENA; Ney Ferreira — MDB; Noide Cerqueira — MDB; Odolfo Domingues — ARENA; Prisco Viana — ARENA; Rogério Rêgo — ARENA; Rômulo Galvão — ARENA; Ruy Bacelar — ARENA; Vasco Neto — ARENA; Viana Neto — ARENA; Wilson Falcão — ARENA.

Espírito Santo

Aloisio Santos — MDB; Argilano Dario — MDB; Gerson Camata — ARENA; Henrique Pretti — ARENA; Mário Moreira — MDB; Moacyr Dalla — ARENA; Oswaldo Zanello — ARENA; Parente Frota — ARENA.

Rio de Janeiro

Abdon Gonçalves — MDB; Alair Ferreira — ARENA; Alcir Pimenta — MDB; Álvaro Valle — ARENA; Amaral Netto — ARENA; Antonio Mota — MDB; Ario Theodoro — MDB; Brígido Tinoco — MDB; Célio Borja — ARENA; Daniel Silva — MDB; Darcílio Ayres — ARENA; Daso Combra — ARENA; Dayl de Almeida — ARENA; Eduardo Galil — ARENA; Emanoel Waisman — MDB; Florim Coutinho — MDB; Francisco Studart — MDB; Hélio de Almeida — MDB; Hydekel Freitas — ARENA; JG de Araújo Jorge — MDB; Joel Lima — MDB; Jorge Moura — MDB; José Bonifácio Neto — MDB; José Haddad — ARENA; José Maurício — MDB; Léo Simões — MDB; Leônidas Sampaio — MDB; Luiz Braz — ARENA; Lygia Lessa Bastos — ARENA; Mac Dowell Leite de Castro — MDB; Marcelo Medeiros — MDB; Milton Steinbruch — MDB; Miro Teixeira — MDB; Nina Ribeiro — ARENA; Osmar Leitão — ARENA; Oswaldo Lima — MDB; Peixoto Filho — MDB; Rubem Dourado — MDB; Rubem Medina — MDB; Walter Silva — MDB.

Minas Gerais

Aécio Cunha — ARENA; Altair Chagas — ARENA; Batista Miranda — ARENA; Bento Gonçalves — ARENA; Carlos Cotta — MDB; Cotta Barbosa — MDB; Fábio Fonseca — MDB; Francelino Pereira — ARENA; Francisco Bilac Pinto — ARENA; Genival Tourinho — MDB; Geraldo Freire — ARENA; Humberto Souto — ARENA; Ibrahim Abi-Ackel — ARENA; Jairo Magalhães — ARENA; Jorge Ferraz — MDB; Jorge Vargas — ARENA; José Bonifácio — ARENA; José Machado — ARENA; Luiz Couto — MDB; Luiz Fernando — ARENA; Manoel de Almeida — ARENA; Melo Freire — ARENA; Murilo Badaró — ARENA; Navarro Vieira — ARENA; Nelson Thibau — MDB; Nogueira de Rezende — ARENA; Padre Nobre — MDB; Raul Bernardo — ARENA; Renato Azeredo — MDB; Silvio Abreu Júnior — MDB; Sinal Boaventura — ARENA; Tancredo Neves — MDB; Tarcísio Delgado — MDB.

São Paulo

Adalberto Camargo — MDB; A.H. Cunha Bueno — ARENA; Ailton Sandoval — MDB; Ailton Soares — MDB; Alcides Franciscato — ARENA; Amaral Furlan — ARENA; Antonio Morimoto — ARENA; Athiê Coury — MDB; Aurelio Campos — MDB; Blota Junior — ARENA; Cantídio Sampaio — ARENA; Cardoso de Almeida — ARENA; Dias Menezes — MDB; Diogo Nomura — ARENA; Edgar Martins — MDB; Faria Lima — ARENA; Ferraz Egreja — ARENA; Frederico Brandão — MDB; Freitas Nobre — MDB; Gioia Junior — ARENA; Herbert Levy — ARENA; Israel Dias-Novaes — MDB; Ivahir Garcia — ARENA; João Arruda — MDB; João Cunha — MDB; João Pedro — ARENA; Joaquim Bevilacqua — MDB; Jorge Paulo — MDB; José Camargo — MDB; José Zavaglia — MDB; Minoru Massuda — MDB; Octacílio Almeida — MDB; Octavio Torrecilla — MDB;

Odemir Furlan — MDB; Otavio Ceccato — MDB; Pacheco Chaves — MDB; Pedro Carolo — ARENA; Roberto Carvalho — MDB; Ruy Brito — MDB; Ruy Codo — MDB; Salvador Julianelli — ARENA; Santilli Sobrinho — MDB; Sylvio Venturolli — ARENA; Ulysses Guimarães — MDB; Yasunori Kunigo — MDB.

Goiás

Adhemar Santillo — MDB; Elcival Caiado — ARENA; Fernando Cunha — MDB; Genervino Fonseca — MDB; Helio Levy — ARENA; Hélio Mauro — ARENA; Iturival Nascimento — MDB; Jarmund Nasser — ARENA; Juarez Bernardes — MDB; Onísio Ludovico — ARENA; Rezende Monteiro — ARENA; Siqueira Campos — ARENA; Wilmar Guimarães — ARENA.

Mato Grosso

Antonio Carlos de Oliveira — MDB; Benedito Canellas — ARENA; Nunes Rocha — ARENA; Ubaldo Barém — ARENA; Valdomiro Gonçalves — ARENA; Vicente Vuolo — ARENA; Walter de Castro — MDB.

Paraná

Adriano Valente — ARENA; Agostinho Rodrigues — ARENA; Alípio Carvalho — ARENA; Álvaro Dias — MDB; Antônio Annibelli — MDB; Antônio Ueno — ARENA; Ary Kffuri — ARENA; Braga Ramos — ARENA; Cleverson Teixeira — ARENA; Expedito Zanotti — MDB; Fernando Gama — MDB; Flávio Giovini — ARENA; Gamaliel Galvão — MDB; Gomes do Amaral — MDB; Hermes Macêdo — ARENA; Igo Losso — ARENA; Italo Conti — ARENA; João Vargas — ARENA; Minoru Miyamoto — ARENA; Nelson Maculan — MDB; Norton Macêdo — ARENA; Olivir Gabardo — MDB; Osvaldo Buskei — MDB; Paulo Marques — MDB; Pedro Lauro — MDB; Samuel Rodrigues — MDB; Santos Filho — ARENA; Sebastião Rodrigues Júnior — MDB; Walber Guimarães — MDB.

Santa Catarina

Abel Ávila — ARENA; Adhemar Ghisi — ARENA; Angelino Rosa — ARENA; César Nascimento — MDB; Dib Cherem — ARENA; Ernesto de Marco — MDB; Francisco Libardoni — MDB; Henrique Córdova — ARENA; Jaison Barreto — MDB; João Linhares — ARENA; José Thomé — MDB; Laerte Vieira — MDB; Nereu Guidi — ARENA; Pedro Colin — ARENA; Walmor de Luca — MDB; Wilmar Dallanhol — ARENA.

Rio Grande do Sul

Alberto Hoffman — ARENA; Alceu Collares — MDB; Aldo Fagundes — MDB; Alexandre Machado — ARENA; Aluizio Paraguassu — MDB; Antônio Bresolin — MDB; Arlindo Kunzler — ARENA; Augusto Trein — ARENA; Carlos Santos — MDB; Célio Marques Fernandes — ARENA; Cid Furtado — ARENA; Eloy Lenzi — MDB; Fernando Gonçalves — ARENA; Getúlio Dias — MDB; Harry Sauer — MDB; Jairo Brum — MDB; João Gilberto — MDB; Jorge Uequed — MDB; José Mandelli — MDB; Lauro Leitão — ARENA; Lidovino Fanton — MDB; Magnus Guimarães — MDB; Mário Mondino — ARENA; Nelson Marchezan — ARENA; Norberto Schmidt — ARENA; Nunes Leal — ARENA; Odacir Klein — MDB; Rosa Flores — MDB; Vasco Amaro — ARENA.

Amapá

Antônio Pontes — MDB.

Rondônia

Jerônimo Santana — MDB.

Roraima

Hélio Campos — ARENA.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — As listas de presença acusam o comparecimento de 49 Srs. Senadores e 343 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Passando-se ao período de breves comunicações, concedo a palavra ao nobre Deputado Antônio Bresolin.

O SR. ANTÔNIO BRESOLIN (MDB — RS. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Congressistas, os sindicatos rurais gaúchos continuam desenvolvendo intensas atividades na defesa dos interesses dos seus associados.

Há dias li longa correspondência do Sindicato Rural de Bento Gonçalves, criticando a presença odiosa das multinacionais prejudicando os produtores de uvas. Li, comentei, pedi sua transcrição nos Anais da Casa e encaminhei ao órgão competente a justa reivindicação.

Hoje recebi correspondência do Sr. Francisco Rossetto, Presidente do Sindicato Rural de Sarandi, outro importante município gaúcho. Este conceituado órgão sindical pediu minha interferência junto ao Ministério do Trabalho, em relação a máquinas para uma escola de datilografia. Encaminhei o expediente com o maior empenho.

Por outro lado, chegou às minhas mãos, hoje, a seguinte correspondência:

“Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bento Gonçalves

Carta Sindical do Minist. do Trabalho de 19/4/66
Rua Marechal Floriano, 194 — Caixa Postal, nº 197
95.700 — Bento Gonçalves — RS

Bento Gonçalves, 13 de julho de 1977.

Ao

Exmº Sr.

Antônio Bresolin

DD. Deputado Federal

Câmara dos Deputados

BRASÍLIA — DF

Ilustre Deputado:

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bento Gonçalves, através da Diretoria e pela classe que congrega a Entidade, não poderia deixar de manifestar a sensibilidade motivada por tão brilhante documento, enviado por V. Exª

Urge afirmar que sentimo-nos gratificados pelo seu gesto solidário e digno, atribuindo-nos suas experiências pelo alto valor educativo através da técnica evolutiva no núcleo do Progresso.

Na realidade, o nosso homem do campo está despojado de uma estrutura sólida para a eliminação dos obstáculos que o massificam. Estamos lutando para que sejam inovadas as técnicas de proteção aos ruralistas da nossa região.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais espera que V. Exª continue elevando o caráter do trabalhador rural que suas alocações tornem-se um adepto para todos agricultores.

“É tomando a liderança e dando exemplos que o homem projeta sua grandeza e a grandeza de sua terra.”

Diante do exposto, manifestamos nossa gratidão e elevamos o caráter nobre da Vossa simplicidade.

Sinceras Saudações. — **Mario Gabardo**, Presidente — STRBC”

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Peixoto Filho.

O SR. PEIXOTO FILHO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, estou conscientizado de que o primeiro dever do homem público é a correspondência pontual, sincera e calorosa às aspirações e sentimentos populares. Daí minha ação política ser inspirada exclusivamente no espírito construtivo, o sentido do bem público.

Por isso, ocupo esta tribuna para registrar o início do Censo ou pesquisa nacional de amostra a domicílio nos municípios fluminenses de Duque de Caxias e São João de Meretì, para um cadastro básico de todas as residências e seus ocupantes.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística colocou em ação 50 entrevistadores, um supervisor geral e o chefe da Agência em Duque de Caxias para levantamento inicial de 25 mil residências desse Município e de São João de Meretì.

Ressalte-se que, em novembro, o IBGE lançará a segunda etapa da pesquisa, sendo que, no final de outubro, os entrevistadores receberão treinamento especial com duração de cinco dias. Nesta etapa, o objetivo será conhecer todos os pormenores referentes aos moradores de Duque de Caxias e Meretì.

Todos os indivíduos civilmente capazes e todas as pessoas jurídicas estabelecidas estão obrigadas por lei a prestar informações ao IBGE, que, com esta iniciativa, tenciona estabelecer um cadastro básico de todas as residências e seus ocupantes.

Sr. Presidente, ao registrar o auspicioso evento, reafirmo que o trabalho que está sendo executado pelo IBGE deve ser considerado da maior relevância por possibilitar aos homens do Governo, melhor conscientização sobre os graves problemas em que se debatem as laboriosas populações daquelas duas importantes cidades do Estado do Rio, notadamente nos setores de saúde, alimentação, educação, habitação e transportes.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Daso Coimbra.

O SR. DASO COIMBRA (ARENA — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, é-nos grato registrar que, no dia 31 de julho, transcorreu o 74º aniversário da instalação dos trabalhos da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil.

Mantida por missionários exclusivamente nacionais, no início de seus trabalhos teve como um dos seus grandes expoentes Eduardo Carlos Pereira, gramático conceituadíssimo em nosso País, o teólogo Alfredo Borges Teixeira, o médico e pastor Nicolau Couto Esher e tantos outros, que em São Paulo deram início às atividades, no dia 31 de julho de 1903, da Igreja Presbiteriana Independente. Sua obra social faz-se sentir na cidade de São Paulo e nos arredores, através da Betel Lar das Crianças, orfanato por ela mantido há muito tempo. A formação dos seus ministros é feita em dois seminários, um em São Paulo e outro em Arapongas, norte do Paraná.

Sr. Presidente, a Igreja Presbiteriana Independente, com recursos próprios, recursos nacionais, desenvolve seus trabalhos em todos os Estados do Brasil e, em Brasília, foi um dos primeiros ramos de evangelismo a se instalar. Hoje, inúmeros templos seus estão dominicamente lotados de fiéis nas cidades satélites e no Plano Piloto. Um de seus maiores expoentes nesta cidade, leigo e batalhador, conceituado jornalista e um dos Diretores do CEUB, o professor Esaú de Carvalho, foi pioneiro da instalação, em Brasília, da Igreja Presbiteriana Independente e é um dos seus líderes. Foi, também, um dos maiores nomes, no seu tempo de mocidade, na difusão do trabalho daquela Igreja.

É-nos grato igualmente registrar que essa Igreja é responsável pela execução de um dos primeiros trabalhos realizados entre os indígenas brasileiros que foi a missão dos Caiuás, no sul de Mato Grosso. Embora ela seja uma missão evangélica, tem como pioneiros os missionários patrícios.

Queremos, portanto, registrar nos Anais desta Casa a passagem do 74º aniversário da Igreja Presbiteriana Independente do Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Com a palavra o nobre Deputado Florim Coutinho.

O SR. FLORIM COUTINHO (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso).

“A música é a essência da ordem. Eleva todas as almas para o que é bom, justo e belo, e deve ser para o espírito o que para o corpo é a ginástica.” PLATÃO.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, “A pintura e a literatura podem não ser imprescindíveis à vida espiritual. Porém a ausência da música dá sede e fome. Porque ela desaltera, embala e faz esquecer o cotidiano.”

Esta observação de SÉRGIO MILLIET terá escapado ao Governador do nosso Estado, sem o que, a ORQUESTRA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO estaria sempre tocando para o povo fluminense.

Criada em 1969, compõe-se hoje de sessenta e cinco músicos, em sua maioria alunos de cursos musicais.

Forma profissionais, sonhando exibir o trabalho que realizam, no dilargamento do número de concertos pelo Estado, que presentemente é de apenas dois por mês.

Seis anos depois de entrar em funcionamento, Sr. Presidente, a SINFÔNICA DA UFRJ conseguiu assinar um convênio com o extinto Plano de Ação Cultural do MEC, e obteve a verba extra de Cr\$ 200.000,00, com os quais logrou realizar vários concertos em diversas comunas do interior do Estado, com retumbante sucesso.

Instituída há tanto tempo, só conta de auxílio anual duzentos e cinquenta mil cruzeiros, o que permite retribuir, ao mais bem pago de seus componentes, um mil trezentos e cinquenta cruzeiros por mês.

Por razões dessa ordem, Srs. Deputados, é que alguns de seus integrantes se vêem forçados a tocar em casamentos, ao preço de Cr\$ 150,00 a Cr\$ 200,00, o que os leva a chegar atrasados aos ensaios, com sensível prejuízo para a ORQUESTRA.

Seu criador, um entusiasta da música, Maestro FLORENTINO DIAS, anda tão desencantado que foge da imprensa quando tentam saber da crise que lavra na SINFÔNICA.

Os companheiros do Maestro, entretanto, autênticos idealistas, serão capazes até de pagar para continuar tocando com ele, segundo adiantaram a MIRIAM ALENCAR, numa entrevista que o *Jornal do Brasil* publicou na edição de 25 de maio último.

A título de sugestão, Sr. Presidente, lembramos ao Governador do Estado do Rio que, na Orquestra Sinfônica da Universidade da Bahia, os músicos são funcionários, situação que lhes permite constante aperfeiçoamento e produção máxima.

Os da SINFÔNICA DA UFRJ não têm nem carteira assinada.

E por que se furtam a isso?

Talvez por pejo, pois há no conjunto quem ganhe apenas Cr\$ 80,00 mensais, quando se sabe que um encordoamento de violino — que pode durar apenas um mês — já custa Cr\$ 600,00.

O clarinetista GILBERTO FRAGA, aluno da Escola de Música da UFRJ e componente de um sexteto de câmara, vai fazer um concurso para a Sinfônica de Belo Horizonte, que está pagando Cr\$ 9.000,00 a seus músicos.

HUMBERTO BRAGA, que é o Relações-Públicas da SINFÔNICA há dois anos, referindo-se à atitude da Universidade frente ao caso, assim se desabafou perante a Repórter:

“Ela se omite, quando deveria mostrar as condições que realmente pode oferecer à orquestra. Temos a impressão de que a Universidade não tem interesse e quer que a orquestra deixe de existir. O trabalho que se faz aqui é dos mais sérios, e se o rendimento artístico não é melhor é porque faltam meios. Já tivemos a experiência de viajar, quando conseguimos verba do PAC e tocar em cidades onde nunca havia estado uma sinfônica. O sucesso foi absoluto. É divulgação da música erudita. Gostaríamos de mostrar o nosso trabalho a todo tipo de público. De nossa parte, a programação deste ano poderá ser das melhores e em nossos planos estão incluídas até duas óperas. Mas não adianta só nós acharmos o trabalho importante, é preciso que a Universidade pense assim e nos dê condições de trabalho.”

Sr. Presidente, Srs. Deputados, a música é o mais nobre dos meios de comunicação de massas.

VICTOR HUGO dizia que a "música é o verbo do futuro". "É o esperanto sonoro", ajuntava JULES LEVY. E arremantava mais ampliativo SAMUEL ROGERS: "A música é a única língua universal".

Não podemos ficar de braços cruzados frente à ameaça do silenciamento da ORQUESTRA da UFRJ.

O ensino da música no Estado do Rio necessita ter prosseguimento e ser estimulado. Precisamos formar autênticos virtuosos dos quais venhamos a nos orgulhar no futuro.

Atente o Governador do Estado para a frase de BEETHOVEN a respeito: "A música é revelação superior a toda sabedoria e filosofia", e promova todos os meios possíveis e a tempo de salvar do silêncio absoluto a SINFÔNICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO.

Era o que tínhamos a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Não há mais oradores inscritos para o período de breves comunicações.

Para a apreciação do Projeto de Decreto Legislativo nº 60, de 1977-CN, referente ao Decreto-lei nº 1.553, de 1977, a Presidência convoca sessão conjunta a realizar-se amanhã, às dezenove horas, neste plenário.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Passa-se à

ORDEM DO DIA

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 59, de 1977-CN (apresentado pela Comissão Mista como conclusão de seu Parecer nº 71, de 1977-CN), aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.554, de 24 de maio de 1977, que concede isenção de impostos aos objetos integrantes de uma coleção representativa de desenho industrial, importados pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discuti-lo, declaro-a encerrada.
Em votação.

O Sr. Lidovino Fanton (MDB — RS) — Sr. Presidente, peço a palavra para a encaminhar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Lidovino Fanton.

O SR. LIDOVINO FANTON (MDB — RS) — Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, sob a apreciação do Congresso Nacional o Projeto de Decreto Legislativo nº 59, apresentado pela respectiva Comissão Mista, aprovando o texto do Decreto-lei nº 1.554, de 24 de maio de 1977, que concede isenção de impostos aos objetos integrantes de uma coleção representativa de desenho industrial, importados pela Federação das Indústrias de São Paulo.

Fundamenta o Poder Executivo a expedição desse decreto-lei no fato de se tratar de matéria tributária de relevante interesse público e de caráter urgente. Não temos em mãos elementos para ajuizar da relevância e urgência desse diploma legal. Sem embargo dessas circunstâncias, a Oposição não tem, a rigor, restrições a opor à aprovação do presente projeto. Por isso, vota favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Em votação o projeto.

Os Srs. Deputados que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Aprovado.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se acham (Pausa.)

Aprovado.

Aprovado o projeto de decreto legislativo na Câmara e no Senado e dispensada a redação final, nos termos do Regimento Comum, a matéria vai à promulgação.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 25 minutos.)

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

Seção I (Câmara dos Deputados)

Via-Superfície:		Via-Aérea:	
Semestre	Cr\$ 200,00	Semestre	Cr\$ 400,00
Ano	Cr\$ 400,00	Ano	Cr\$ 800,00
Exemplar avulso	Cr\$ 1,00	Exemplar avulso	Cr\$ 2,00

Seção II (Senado Federal)

Via-Superfície:		Via-Aérea:	
Semestre	Cr\$ 200,00	Semestre	Cr\$ 400,00
Ano	Cr\$ 400,00	Ano	Cr\$ 800,00
Exemplar avulso	Cr\$ 1,00	Exemplar avulso	Cr\$ 2,00

Os pedidos devem ser acompanhados de Cheque Visado, Vale Postal, pagáveis em Brasília ou Ordem de Pagamento pelo Banco do Brasil S.A. — Agência Parlamento, Conta-Corrente nº 498705/5, a favor do:

CENTRO GRAFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes — Caixa Postal 1.203 — Brasília - DF

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 1.203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 8 PÁGINAS

PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 1,00